

Dívida, perigo para a democracia

VIENA — As consequências da elevada dívida externa podem colocar em perigo a democracia na América Latina, advertiu ontem, em Viena, o secretário da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), Enrique Iglesias, que se encontra na capital austríaca participando de uma mesa-redonda promovida pela ONU para discutir a reativação do diálogo Norte-Sul.

Na opinião de Iglesias, os traumas provocados pelos mecanismos de ajustes da dívida externa são suportáveis a curto prazo, mas caso seus efeitos se prolonguem por muito tempo, os esforços democráticos de diversos países da região ficarão comprometidos irremediavelmente. Dessa forma, considera imprescindível a adoção de um mecanismo capaz de oferecer soluções a lon-

go prazo para o problema. A médio prazo, entende que os superávits comerciais e a redução das taxas de juros poderiam contribuir para aliviar a situação.

Sobre a crença generalizada de que a recuperação econômica resolverá os problemas da dívida, argumentou que a considera "uma condição necessária, mas não suficiente". E alertou para o perigo de "uma falsa dinâmica de estancamento" da crise, representada pela eventual geração de recursos capazes de converter os países devedores em exportadores líquidos de capital, situação que qualificou de "contradição muito grande".

Iglesias também comentou a reunião de chanceleres da América Latina iniciada ontem em Mar Del Plata, para

discutir o endividamento da região, afirmando que o encontro se orientará no sentido de "afinar" posições com vistas à próxima reunião anual do Fundo Monetário Internacional. Descartou a possibilidade de criação de um cartel de devedores, por considerá-la inviável.

Retificação

Ao contrário do que foi publicado na primeira página da edição de ontem, sob o título Para CPI, 85% da dívida são ilegítimos, a CPI da dívida externa concluiu que o débito do País poderia ser reduzido em US\$ 15 bilhões, valor portanto, considerado "ilegítimo" segundo os parlamentares.